

DA INVESTIGAÇÃO À CENOGRAFIA

Construções de meta-realidades

por

Luiz Oosterbeek*

Resumo: Discute-se a problemática da valorização dos sítios arqueológicos no quadro da investigação, por um lado, e das perspectivas teóricas que condicionam o discurso arqueológico. Revêem-se conceitos e sugerem-se prioridades.

Palavras-chave: Investigação; valorização; teoria.

Abstract: A discussion on the issues related to valorisation of archaeological sites, as seen from the research scope, and on the theoretical perspectives that shape the archaeological text. A review of concepts and suggestions for priorities.

Key-words: Research; valorisation; theory.

PERSPECTIVAS CONFLICTIVAS

O que vemos quando olhamos para algo? A sua essencialidade ou a projecção dos nossos anseios?

Como distinguir as verdadeiras das falsas aparências?

O que é o Passado? Uma raiz ou uma projecção do presente?

Estas questões estão no centro dos debates filosóficos há mais de 2.000 anos, e não é este o quadro para as aprofundar. No entanto, elas são o marco do presente Colóquio, movido por uma temática tão pouco inocente, na sua referência a recintos murados.

Repare-se que o Calcolítico e a Idade do Bronze, marcadores crono-culturais, desapareceram do léxico da convocatória. Ficou uma indicação mais vaga (“Pré-história Recente”) e uma referência material (“recintos murados”). O eixo da conversa foi deslocado do paradigma histórico-cultural para um outro, que alguns (seguramente não

* Departamento de Gestão de Território. Instituto Politécnico de Tomar. E-mail: loost@ipt.pt

a Prof. Susana Oliveira Jorge) poderão considerar mais “objectivo” ou mesmo mais “isento”.

E faço aqui, já, um parêntesis para anotar que a fuga ao histórico-culturalismo, que era (é!) uma história de pessoas mortas e suas “culturas” lidas no registo fóssil, se foi sempre fazendo na linha da anulação dessas pessoas. A objectivação do discurso arqueológico, com as abordagens tecno-morfológicas, funcionalistas e mesmo as actuais pós-processualistas, foi-se agarrando à “cultura material”, até á recusa de nomenclaturas interpretativas finais (como o conceito de “fortificação”), e identificando dinâmicas colectivas mais ou menos acéfalas. Esta arqueologia, condenada ao tempo longo, foi assimilando o seu relativismo e presencialismo, mas nem por isso respondeu de forma clara ás interrogações com que iniciei esta breve intervenção.

Mas, regressando ao tema, verifico que se afirma hoje uma visão mais espacial e formalista do que diacrónica e essencialista. Falamos aqui de recintos murados, por oposição, talvez, a outros que o não foram e que separamos categoricamente dos primeiros. Privilegiamos a delimitação arquitectónica (que molda, materialmente, o território) sobre outras formas de delimitação (de registo escasso ou nulo em arqueologia, como por exemplo as delimitações linguísticas, mas também outras mais visíveis, como as micro-artefactuais).

O critério formal/espacial é-nos proposto em alternativa não apenas ao cultural/histórico, mas a outras leituras de tipo funcional (poderíamos estar a falar de recintos simbólicos, ou de recintos habitacionais, e seriam outros os espaços trazidos a este palco). Sem retirar legitimidade a esta abordagem, outras são, pois, possíveis, e igualmente estimulantes, o que, como veremos, é essencial na questão da valorização dos sítios.

Toda a valorização deve assentar na investigação, deve ser a construção de um discurso interpretativo. E não é apenas a perspectiva (mais histórica ou mais espacial, mais material ou mais imaterial) que condiciona a interpretação. Também a escala com que tratamos o tema concita objectos diversos.

Ao falarmos de recintos murados creio que a maioria de nós pensará, quase de imediato, em sistemas de ordenamento do território, mas falar do território não é o mesmo que falar do povoado do Zambujal, que é uma realidade concreta, ou seja, uma síntese, diferenciadamente entendida, de múltiplas determinações; inconfundível, nessa perspectiva, com outras realidades, e que carece de uma leitura individual. Tal como falar do recinto murado de Leceia não é o mesmo que interpretar cada micro-recinto murado que nele se alberga.

O equívoco de alguns, claro está, reside em reduzir toda a realidade a esta realidade, anulando a História em prol das histórias. Equívoco simétrico de outro mais antigo, que não descortinava estas na floresta da evolução. Em escalas diversas depuramos com realidades diversas, o que não é isento de dificuldades quando pensamos na vertente da valorização.

Aliás, mesmo convergindo no quadro de abordagem (o olhar formal, espacialista, sobre os recintos murados) e na escala (por hipótese o sítio, delimitado pelos mesmos, talvez com os canónicos 50 metros de perímetro de protecção), ainda nos restariam uma infinidade de perspectivas, desde o “olhar de dentro”, que vê no sítio o “grande organizador” do território, ao “olhar de fora”, que vê nele um mais ou menos elaborado construtor de complexidades.

E, não é demais repetir, nestas várias abordagens são, sempre, as grandes tendências, as variações estruturais, o tempo longo, que são privilegiadas. Estão ausentes as pessoas, a cultura no seu sentido pleno, salvo se enclausurada no espaço local, o que provoca sempre um distanciamento entre o visitante (mais ou menos instruído) e o sítio, cuja aproximação se faz de forma sempre algo perversa: os arqueólogos e não qualquer dado do passado, são quem, inevitavelmente confere sentido a estes espaços, são os verdadeiros habitantes destes sítios, que por isso só para eles são, de facto, habitats.

CENOGRAFIA

Devemos, pois, construir um discurso sobre os recintos. Mas como fazê-lo perante uma tão ampla pluralidade de perspectivas? Quais os limites da transposição de tal pluralidade para o discurso da valorização, sem cair no caos interpretativo?

Qual o discurso que se pode apresentar? A cenografia do espaço local? A enclausura do território? E que território? Uma construção ecléctica?

Talvez valha a pena pensar na razão de ser da valorização. Ou nas razões, porque há mais do que uma.

Haverá quem diga que a valorização é uma fonte de rendimento e, potencialmente, de crescimento económico. Ouvimos esse discurso, demagógico e perigoso, a propósito de Foz Côa. E vimos, depois, o resultado.

Haverá quem diga que é um mecanismo gerador de emprego, o que não deixa de ser potencialmente verdadeiro, mas talvez, nessa lógica, demasiado caro face a alternativas mais espectaculares.

Na verdade, valorizar é conferir um novo valor, e esse novo valor, dificilmente será significativo para o arqueólogo. De facto, o terreno em que nos movemos, por imperativo de profissão, é o da dúvida, o da inquietação. Mas o que o visitante médio procura é, apenas, uma história, e não uma confusão. Procura um discurso coerente, mesmo se não simplista, e um espaço de contraposição ao quotidiano, mesmo se não uma fuga. Por isso, só vale a pena valorizar para novos públicos, para não profissionais. Porque qualquer valorização implica uma escolha por entre os muitos discursos possíveis, ou seja, uma amputação da pluralidade do sítio, e só é legítimo fazê-lo se

tal tiver como consequência um alargamento da rede social em que o sítio se integra.

Todos conhecemos casos que diríamos “bem sucedidos”, de valorização. E também a sua diversidade estratégica. E sabemos o que têm de comum: um sentido, um percurso. Que é sempre uma via de acesso a uma meta-realidade gerada no interface entre a nossa interpretação e a predisposição do visitante.

A valorização de um recinto murado, ou de outra materialidade qualquer, não é pois um exercício que possa ser feito apenas a partir da investigação. Ela requer uma decisão prévia sobre os públicos que pretende atingir, e deve ser construída, sob pena de ser inútil e diletante, na relação com esses públicos.

Partindo da investigação, deve definir o eixo dominante do discurso. Por exemplo, quando falamos de recintos murados, exige-se que a valorização assuma inicialmente a perspectiva com que se vai guiar o visitante. Privilegiar a compreensão do micro-espaço? Da economia territorial? Das eventuais relações de poder?

Não que só possa, ou deva, haver uma perspectiva. Mas deve haver, claramente, coerência entre todas as componentes do discurso que se encena. Depois, só depois e de forma menos evidente, se devem introduzir dificuldades a este discurso, levantar obstáculos, sugerir inversões de percurso.

Não basta, contudo, pensar no recinto. Qualquer valorização só tem sentido para públicos que se deslocam no território e, por isso, só pode ser real se inserida numa estratégia territorial. Assim, não tem qualquer sentido, quando se fala da valorização de Castelo Velho, ignorar o parque de Foz Côa. É que para a sociedade, para a qual se faz a valorização, ambos são uma coisa só: marcas do passado. E só depois de se acercar dessa meta-realidade que é o passado, é que a sociedade ganha interesse pela diversidade dessas marcas, ou seja, lhes confere valor. Porque, afinal, quem valoriza um recinto murado não é quem restaura os muros, é quem, depois, os vai ver.

É por isso que são poucos os investimentos na real valorização de espaços arqueológicos, e são ainda escassos os seus públicos. Falta, muitas vezes, a capacidade de construir o investimento cenográfico sobre uma visão estratégica, integrada, de gestão territorial. Que veja nesse investimento um elemento mais de uma teia de recursos públicos. É certo que tal vai ocorrendo a nível autárquico (onde os recursos financeiros são mais escassos), mas falta em absoluto a nível central. O Estado, quando alegremente investe na musealização de sítios mas, depois, não os articula, na sua gestão quotidiana, com as estruturas da sociedade, não está a valorizá-los e, a prazo, condena-os ao esquecimento. Mais uma vez, Foz Côa é um triste mas excelente exemplo.

Mas o Convento de Cristo de Tomar, Património Mundial, tem sido infelizmente outro. Não posso deixar de referir que o que procuramos fazer no Médio Tejo, com a recente criação do Parque Arqueológico e Ambiental, que integra já o território de se estende de Mação à Golegã, é a construção de um discurso identificador, projectado nacional e internacionalmente, e em que todos os agentes regionais intervêm e têm

poder decisório. A valorização, aqui, é precedida de uma escolha dos sítios a valorizar, e é entendida como uma valorização global, e não sítio a sítio. Numa estratégia de alguma forma idêntica à que foi seguida, de forma exemplar, em Mértola, embora num território mais vasto.

EM BUSCA DO PASSADO

O investimento para a valorização de sítios arqueológicos, e em particular de recintos murados da pré-história recente, é algo que tem sentido fazer, porque pode permitir a construção, em sítios formalmente idênticos, de discursos muito diversos. Essa pluralidade, dispersa pelo território nacional, e alicerçada na diversidade de perspectivas de investigação, permitiria construir, para a sociedade, a meta-realidade dos “recintos murados”, construindo percursos de grande extensão espacial e temporal.

O exemplo das rotas organizadas no âmbito do Programa de Incremento do Turismo Cultural, é o exemplo a seguir. De facto, para além dos percursos regionais integrados, deveriam ser criados grandes itinerários da arqueologia nacional, de que os recintos murados são um exemplo de relativamente fácil concretização. Itinerários geridos de forma profissional, com base em sólidos estudos sobre as dinâmicas demográficas e os movimentos de população. Como se faz noutros países, mesmo aqui ao lado de nós.

O Ministério da Cultura deveria apoiar tal esforço, não procurando assumir competências para as quais manifestamente não está vocacionado nem qualificado, como a investigação ou a valorização turística, mas construindo estruturas de coordenação, assentes numa até hoje ausente política de preservação do conjunto do património arqueológico nacional, numa política que se não limite a olhar para essa terrível figura jurídica que são os chamados “imóveis afectos”.

Há razão social para tal investimento. A crise global da sociedade, dos valores e das memórias, das estruturas de socialização e de produção, conduziu-nos, no final do século XX, a uma desorientação crescente. Quando, a nível pessoal, sentimos que o chão nos foge debaixo dos pés, é na busca do nosso passado que encontramos os meios de superar crises e depressões. Esse passado, que revisitamos quando os referentes que nos orientavam caem, não é algo imutável, é algo que reorganizamos, que reconstruímos, de cada vez que para ele olhamos. O passado não é o que nos explica, é o instrumento com que nos explicamos.

A sociedade actual, nos seus vários segmentos sociais e culturais, experimenta uma atracção similar pelo passado. É aí que ela procura novos fios condutores, não tanto para explicar o que falhou, mas para pesquisar exemplos do que foi bem sucedido. É por isso que, cada vez mais, a sociedade valoriza o passado, mesmo se tal

valorização é, muitas vezes, superficial e de difícil aceitação para nós.

O discurso da arqueologia é um discurso difícil. E os espaços encenados da pré-história, em recintos murados ou não, devem ser espaços que resistem a uma leitura superficial. Só dessa forma podem cumprir o seu papel. Mas devem ser espaços de fruição, para se estar e não apenas para visitar. Os recintos murados não são, e não devem ser, museus. Devem ser espaços alternativos ao quotidiano mas próximos dele, enquanto os museus são espaços integrados no quotidiano, mas que se lhe opõem. Por isso, também, não faz sentido falar de valorização se não se trata das acessibilidades.

Acredito que a valorização é um complemento essencial da actividade arqueológica. Um complemento que se concentra nalgumas materialidades, a partir de uma rede muito mais ampla e difusa. E acredito que na articulação entre ambas reside boa parte da função social da arqueologia. Mas discordo em absoluto da dissolução da arqueologia numa pseudo-valorização, que só pode conduzir a resultados de fraco interesse para a sociedade e de nula valia para a investigação. E, por isso, penso que se o investimento em conservação e recuperação deve ser a primeira prioridade da esfera da cultura, e sendo claro que a tutela do património cultural deve ser da Cultura, a plena valorização só se consegue saindo para fora desse recinto, deitando abaixo esse muro, e aceitando a competência da gestão territorial e turístico-cultural.

Porto, 16.05.2003